

(RE)Conciliação dos usos do tempo: Imigração, Género e Trabalho-Família

Estefânia Gonçalves Silva
Maria da Conceição Nogueira

*Universidade do Minho
Portugal*

Ana Sofia Antunes das Neves

*Instituto Superior da Maia
Portugal*

RESUMO

A conciliação entre a vida familiar e profissional é uma temática estreitamente relacionada com as mudanças sociais, em particular com a integração das mulheres no mercado de trabalho e a progressiva alteração dos papéis de género. Apesar destas mudanças importa pensar os valores e normas sociais relacionados com o papel das mulheres na educação e na família, como conciliar o trabalho necessário com as responsabilidades familiares e em que medida as transformações femininas no mundo doméstico para o público correspondem às transformações masculinas no sentido inverso. Este texto procura reflectir à luz da perspectiva feminista sobre a importância de se considerar e estudar as trajetórias femininas evidenciando a necessidade da conciliação trabalho-família enquanto requisito básico para a igualdade.

Palavras-chave: Imigração; Género; Trabalho-Família.

ABSTRACT

(RE)Conciliation of time's uses: Immigration, Gender and Work-Family

The conciliation between the familiar and professional life is a thematic strictly related with the social changes, especially with women's integration in the market of work and the gradual alteration of the papers of gender. Although these changes, it's important think the values and social norms related with the paper of the women in education and family, as to conciliate the necessary work with the familiar responsibilities and how the feminine transformations in the domestic world for the public correspond to the masculine transformations in opposite direction. This text tries to reflect on perspective feminist the importance of considering and studying the feminine trajectories, evidencing the necessity of work-family conciliation as basic requisite for the equality.

Keywords: Immigration; Gender; Work-Family.

RESUMEN

(RE)Conciliación de los usos del tiempo: Inmigración, Género, Trabajo-Familia

La conciliación entre la vida familiar y profesional es una temática estrechamente relacionada con los cambios sociales, particularmente con la integración de las mujeres en el mercado del trabajo y de la alteración gradual de los papeles de género. Aunque estos cambios importan para pensar los valores relacionados y las normas sociales con el papel de las mujeres en la educación y en la familia, como conciliar el trabajo necesario con las responsabilidades familiares y en qué medida las transformaciones femeninas en el mundo doméstico para el público corresponden a las transformaciones masculinas en la dirección inversa. Este texto busca reflectir, a la luz de la perspectiva feminista, sobre la importancia de considerar y estudiar la trayectoria femenina que evidencia la necesidad de la conciliación trabajo-familia indispensable para la igualdad.

Palabras clave: Inmigración; Género; Trabajo-Familia.

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX registou profundas transformações na situação social das mulheres, um notável incremento da escolaridade feminina, uma sensível queda da natalidade e o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho contribuíram para a sua emancipação e são uma das principais mudanças que caracterizam a modernidade (CIG, 2008). Apesar dos grandes avanços nas últimas décadas, torna-se cada vez mais evidente a persistência de importantes desigualdades sociais entre homens e mulheres tanto na esfera pública como na esfera privada. Assim, a emergência de um quadro de valores que reconhece os direitos de cidadania das mulheres e o seu papel na esfera pública, colocando-as em igualdade com os homens no que concerne à vida cívica e ao exercício de uma actividade profissional susceptível de lhes conferir autonomia económica e de não as confinar ao espaço doméstico torna-se imprescindível (Pernas, Fernandes e Guerreiro, 2008).

Em Portugal, o modelo social dominante continua a atribuir às mulheres a principal responsabilidade pelos cuidados e pelo trabalho prestado no âmbito da família e aos homens a principal responsabilidade pelo trabalho profissional. Esta situação tem como consequências um peso excessivo das responsabilidades familiares e profissionais sobre as mulheres, dificultando as suas opções profissionais e pessoais (CIG, 2010).

No quadro comunitário, a promoção da igualdade de género assume-se como uma proposta política presente nos programas da União Europeia, tendo-se vindo a desenvolver um conjunto de políticas no sentido de criar condições para a promoção deste direito, donde se destaca a conciliação entre a vida profissional e vida familiar (Perista, Guerreiro, Jesus e Moreno, 2008), constituindo esta uma das temáticas com maior destaque no domínio das ciências sociais.

Entre as políticas relevantes nesta matéria destaca-se, a Estratégia Europeia para o Emprego e as suas preocupações com o crescimento do emprego de homens e mulheres, tendo-se definido metas e orientações para a redução das assimetrias de género e a conciliação entre trabalho e família. A cimeira de Lisboa, no decurso da presidência da União Europeia de 2000, preconizou o estabelecimento de objectivos quantificáveis a nível das taxas de emprego, correspondendo 70% para os homens e 60% para as mulheres. Em 2005, no âmbito das acções dos parceiros sociais o Quadro de Acção para a Igualdade entre Homens e Mulheres é consultado para, no ano de 2007, resultar um parecer que evidencia a necessidade de se definirem políticas

que encorajem os homens a uma maior participação na vida familiar, com a criação de novas licenças e outras medidas facilitadoras da conciliação entre a vida familiar e profissional. Por outro lado, no Roteiro para a Igualdade de Mulheres e Homens (2006-2010), a Comissão Europeia vem contribuir com políticas internas e externas definindo como áreas de intervenção prioritárias a independência económica das mulheres e dos homens e a conciliação da vida profissional com a vida privada e familiar (CIG, 2008).

Nos anos mais recentes a Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres desenvolveu, em parceria, projectos de intervenção nesta área no sentido de aplicar uma metodologia inovadora dirigida à resolução deste problema e identificar e analisar os papéis e estereótipos de género que conduzem à partilha desigual de responsabilidades entre homens e mulheres.

Enfrentar as questões e os desafios suscitados pela nova configuração do mundo de trabalho e do mundo doméstico numa perspectiva de género torna-se prioritário para compreender e analisar as mudanças ocorridas nas relações sociais de género, nos domínios da vida familiar e da vida profissional e o modo como estas se articulam com a organização dos papéis de género dentro da família, no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas.

Tendo em atenção que no nosso país, as mulheres imigrantes representam 54% da população estrangeira (Wall, Nunes e Matias, 2008), pretende-se, com este artigo, evidenciar a necessidade de explorar a temática da conciliação trabalho-família na imigração feminina, no sentido de melhor compreender as trajectórias existentes desta população. Dentro das temáticas da imigração, esta revela ser uma área inovadora, onde se tem assistido a uma ausência de estudos científicos desta população no nosso país. Este facto reforça a pertinência para a concretização deste estudo no âmbito do projecto de doutoramento em Psicologia Social – Género e Sexualidade e evidencia a necessidade da conciliação trabalho família enquanto requisito para o bem-estar e para uma realização individual, bem como na vivência de uma conjugalidade igualitária entre homens e mulheres.

GÉNERO, IMIGRAÇÃO E TRABALHO-FAMÍLIA

Nas últimas décadas, a vida familiar tem sofrido mudanças profundas, contudo, esta continua a ser altamente valorizada na maioria das sociedades. Existem alguns factores que parecem ser indicadores desta mudança, tais como a integração das mulheres

na função laboral e uma progressiva alteração quanto aos papéis de género, tanto no trabalho como na família, sendo cada vez mais frequente o exercício de um trabalho remunerado pela mulher. A temática da conciliação entre a vida familiar e profissional surge, desta forma, como consequência das mudanças sociais ocorridas nos países industrializados.

A vida profissional e a família representam duas esferas centrais da vida adulta. A conciliação entre estas duas esferas insere-se no quadro da União Europeia com as crescentes dificuldades apresentadas pelas famílias, em gerir satisfatoriamente os papéis familiares e profissionais, sendo estas sentidas com maior intensidade e frequência pelas mulheres (Zimmerman e Ziemba 2003). Estudos nesta área têm revelado que são as mães de crianças em idade pré-escolar, aquelas que apresentam mais dificuldades em articular a prática profissional com a vida familiar (Sayer e Robinson, 2000 in Wall e Amâncio, 2007).

No contexto desta temática, o nosso país apresenta um quadro de análise muito particular dada a coexistência de valores tradicionais relacionados com o papel da mulher na família e na educação dos/as filhos/as (Wall, 2005). Os/as portugueses/as assumem uma posição mais conservadora no que diz respeito às crianças e à parentalidade (Beck e Beck-Gernsheim, 2002) continuando as mulheres a verem divididos e fragmentados os seus papéis entre a casa e os/as filhos/as e o direito à participação na esfera pública (Aboim, 2007).

Com a passagem da mulher-natureza para a mulher indivíduo (Torres, 2001) o campo profissional tornou-se central na vida das mulheres. A participação feminina no mercado de trabalho cresceu substancialmente desde os anos de 1960, tendo contribuído para o aumento da taxa da actividade global no nosso país. De cerca de 13% em 1960, a actividade profissional das mulheres passou, desde finais do segundo milénio, para valores muito acima da média comunitária (Pernas et al., 2008), tendo-se afirmado Portugal um dos países da união europeia com maior taxa de actividade profissional feminina a tempo inteiro, correspondendo a 84% das mulheres trabalhadores (Crompton e Lyonette, 2007) e sendo escassas as interrupções dessa actividade ao longo da vida (Wall, 2005). Esta participação das mulheres na esfera pública também se faz sentir pela presença significativa no contexto académico, nomeadamente no ensino superior (OCDE, 2007).

Os dados do INE, do Inquérito ao Emprego, datados de 2007, foram reveladores que as mães com crianças de idade inferior a 6 anos registam uma taxa de emprego de 79%, permanecendo no mercado de trabalho sem grandes interrupções na sua actividade

profissional, tendo a maternidade em Portugal um efeito positivo nas suas actividades (OCDE, 2007), podendo-se, mesmo dizer que as mulheres portuguesas mantêm uma relação contínua com o mercado de trabalho, independentemente da idade dos/as seus/as filhos/as (Torres, Silva, Monteiro e Cabrita, 2005). Ao contrário do que acontece em muitos outros países da Europa, onde o regime de trabalho a tempo parcial faz parte das escolhas de mulheres com filhos/as pequenos/as, verificando-se uma relação negativa entre maternidade e emprego (Guerreiro e Carvalho, 2007). O facto de Portugal ser o país, onde as mulheres trabalham sobretudo a tempo inteiro e as mães com crianças até aos 10 anos trabalharem mais horas por semana (Torres et al., 2005) revela ser um dos aspectos que condiciona necessariamente as modalidades de conciliação adoptadas nos vários países (Crompton e Lyonette, 2007).

Embora, as mulheres representem quase metade dos/as trabalhadores/as, este progresso não deve ofuscar a situação de claro desfavorecimento das mulheres no mercado de trabalho, onde persistem importantes diferenças em relação aos homens (CIG, 2010), reforça-se o facto destas continuarem a trabalhar sob condições, atitudes e costumes estabelecidos por um “código doméstico” (Crompton, 2006), ou seja, as mulheres ao entrarem no mercado de trabalho, entram num mundo construído por e para os homens, sendo que para estes as tarefas domésticas são periféricas em relação às suas vidas de trabalho. De facto como afirmam Amâncio e Oliveira (2002, p. 48): O ser mulher é socialmente pensado por forma a direccionar os comportamentos para uma única esfera de actividade, a esfera privada, a família. Deste modo, é de esperar que mesmo quando as mulheres saem desta esfera para trabalhar, as suas actividades sejam socialmente construídas com uma extensão das actividades domésticas e dos comportamentos a elas associados para o mundo de trabalho.

Apesar do processo de afirmação do papel da mulher ter dado alguns passos significativos, pela sua participação no mercado de trabalho, contribuindo para um maior acesso à esfera pública e distanciando-se das tarefas domésticas tradicionais que desempenham, muitos problemas ainda persistem e tem sido alvo de estudo para vários autores (Oliveira e Temudo, 2008).

Os estudos feministas têm vindo a dar um contributo importante para que se consiga um entendimento mais profundo e critico de problemas relativos a questões de cidadania, democracia e multiculturalidade permitindo a denúncia de como estes conceitos têm sido construídos a favor de uma perspectiva masculina (Amâncio, 2003)

sublinhando a importância das relações de dominação que prevalecem nas sociedades contemporâneas e a importância do poder patriarcal na vida familiar e na exploração das mulheres (CITE, 2003).

Se por um lado, a forte presença feminina no mercado de trabalho pode ser considerada um indicador de igualdade de gênero entre mulheres e homens, por outro os dados revelam que essa igualdade não está efectivada, subsistindo a “dominação masculina” (Bourdier, 1998). Análises mais profundas denotam a permanência dessa dominação na esfera pública evidenciada a partir de fortes elementos de segregação no mercado de trabalho, sendo eles: - a segregação sectorial, as mulheres continuam a exercer profissões em áreas, como a saúde e educação, que em grande parte representam uma extensão das suas tradicionais competências, desenvolvidas em contexto doméstico e de onde os homens se afastam tendencialmente; - a segregação transversal, porque independentemente do sector de actividade onde exerçam profissão, as mulheres estão sobre-representadas nos contratos a prazo, nas modalidades mais precárias de emprego, nas taxas de desemprego, e nas remunerações auferidas serem inferiores às dos seus congêneros masculinos; - segregação vertical, apesar das mulheres serem mais qualificadas que os homens ocupam menos cargos de chefia e têm uma presença minoritária nas hierarquias (Pernas et al., 2008). Embora seja menos visível na esfera pública, sabe-se que a dominação masculina subsiste fortemente na esfera privada, onde as mulheres acumulam as suas funções tradicionais de companheiras, mães e donas de casa, com a profissão sem haver uma partilha de trabalhos com os companheiros (Oliveira e Temudo, 2008). Assim, para Amâncio & Oliveira (2002) a emancipação das mulheres através do trabalho não passa de um mito, uma vez que estas continuam a estar sobrecarregadas, quer com a profissão, quer com o trabalho doméstico, fenómeno que é transversal a várias classes sociais e vários sectores profissionais.

Apesar de se verificar uma maior participação masculina, no que diz respeito aos cuidados com os filhos, sendo este um elemento onde se assiste a uma maior divisão das responsabilidades entre o casal, indicando a presença de valores mais igualitários e reflectindo a centralidade que os/as filhos/as adquirem na constituição da família actual (França e Schimanski, 2009) e de tanto homens como mulheres ambicionarem e considerarem desejável uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico e de cuidado com os/as filhos/as (Fontaine e colaboradores, 2004), é na divisão das tarefas domésticas que se continua a assistir a uma acentuada assimetria, das quais os homens estão

praticamente ausentes, sendo visível em todas as formas de conjugalidade (Torres, 2002) continuando a ser uma responsabilidade maioritariamente feminina (Oliveira e Temudo, 2008), o que contradiz a “tendência de natureza modernizante, ao nível dos discursos no sentido de um reforço do papel dos homens na esfera privada” (Perista, 2002, p. 471).

Assim, a aparente mudança nas atitudes não parece reflectir a prática, dado que os papéis conjugais e parentais continuam a ser estruturados em função do gênero (Fontaine e colaboradores, 2004). Se, ao nível dos valores se verifica uma clara adesão à norma da igualdade entre os sexos e à ideia que o trabalho constitui uma fonte de autonomia para as mulheres, a ligação da feminilidade com a maternidade e a família, assim como a ideia de que as crianças sofrem quando as mães trabalham são um impedimento para a existência de modelos de repartição igualitários de tarefas.

A participação do homem nas tarefas domésticas é significativamente reduzida, este aspecto realça os modos enraizados de socialização, marcados por distinções de gênero (Guerreiro e Pereira, 2006). Além disso, as estatísticas oficiais do INE (2001), sobre os usos do tempo, evidenciam que as mulheres se ocupam de actividades familiares e domésticas num total médio de 5h diárias, enquanto a média do tempo masculino é de apenas 1h45m. Um estudo recente sobre as famílias em Portugal identifica a proporção significativa de situações em que a divisão familiar do trabalho doméstico ainda tem uma tendência fortemente tradicional (Wall e Guerreiro, 2005). Desta forma, os estudos realçam que são as mulheres que continuam a ser as principais responsáveis pela execução das tarefas domésticas enquanto a participação dos homens continua a ser inferior (Perista, 1999), despendendo as mulheres, em todo o mundo, mais tempo que os homens nas responsabilidades familiares, privando do tempo para se dedicar a actividades de formação, culturais, de lazer e cuidados de saúde (ILO, 2010).

As mulheres entram no mercado de trabalho carregadas com todas as responsabilidades da casa, portanto com uma dupla sobrecarga (França e Shimansky, 2009), o que as leva a muitas das vezes a terem que tomar decisões, frequentemente difíceis, entre o trabalho e a família, a reconciliar condições e expectativas contraditórias com que se deparam nas diferentes fases das suas vidas. A divisão desigual das tarefas e da responsabilidade entre homens e mulheres no contexto familiar limita muitas vezes o investimento que estas fazem na sua profissão, limites estes que, por sua vez, são reforçados por motivos exteriores à vida familiar, gerados em contexto de trabalho, mantendo a

“produção e reprodução da discriminação feminina” (Torres et al., 2004, p. 147).

No percurso migratório, as lógicas de poder, as desigualdades decorrentes e as condições económicas dos países de acolhimento e de origem, facilitam o acesso das mulheres imigrantes aos contextos domésticos de trabalho confinando-as um papel social demarcado pela invisibilidade (UNFPA, 2006). Por um lado, o papel das mulheres imigrantes continua a estar muito vinculado a actividades tradicionalmente desempenhadas por mulheres, como os serviços de limpeza, cuidados a crianças, idosos e doentes (Brumer, 2009). Por outro lado, este tipo de empregabilidade não reconhece as qualificações e nem sempre se verifica no trabalho uma função emancipadora (Padilla, 2006). Assim, as mulheres imigrantes acabam por ser remetidas para a esfera do privado, enquanto os homens são incentivados a ocupar a esfera pública (Hondagneu-Sotelo, 2000).

As mulheres imigrantes também estão mais susceptíveis a situações de pobreza e de desemprego, apresentando a maior taxa de desemprego do que os homens residentes em Portugal (Abranches, 2007) e são as mulheres que ocupam o escalão mais baixo dos salários das economias mais ricas do mundo (Padilla, 2006).

Assim, os desafios do equilíbrio entre a vida familiar e trabalho, mais concretamente as responsabilidades familiares podem ser potenciadores de vulnerabilidades para famílias com baixos recursos (ILO, 2010).

Wall e São José (2004), após realização de um estudo para explorar as estratégias usadas por famílias imigrantes para conciliar trabalho e cuidados das crianças, verificaram existir diferenças e uma desigualdade de acesso nas estratégias adoptadas pelos/as imigrantes trabalhadores/as qualificados/as e trabalhadores/as não qualificados/as, sendo que os/as primeiros/as sentem-se pressionados/as pelas longas horas dedicadas ao trabalho mas em termos de cuidados às crianças, geralmente usam os serviços pagos. Ao passo de que os/as segundos/as, para além de enfrentarem problemas de baixos rendimentos, horários de trabalho longos e más condições de habitação sentem mais dificuldade nesta gestão e os serviços de guarda das crianças não fornecem as necessidades de cuidados durante os seus horários de trabalho, principalmente nas horas extra de trabalho, como aos fins-de-semana e à semana quando termina o horário das escolas. Assim, as estratégias utilizadas passam pela utilização de serviços de baixo custo, pelas crianças permanecerem sozinhas ou os/as filhos/as mais velhos/as cuidaram dos mais novos/as e responsabilizam-se pelas tarefas domésticas, ou os cuidados serem centrados na mãe. O estudo indica,

ainda que se os/as imigrantes foram solteiros/as o padrão social de exclusão é mais acentuado.

Estudos recentes revelam que a ênfase colocada na vida familiar, na importância das crianças e no impacto negativo do trabalho feminino para as crianças é maior em Portugal em comparação com outros países da Europa, sendo os homens mais tradicionalistas que as mulheres. Contudo estes diferem quanto à classe social. Os/as trabalhadores/as manuais são significativamente mais tradicionalistas e dão grande relevo à vida familiar do que os profissionais qualificados ou intermédios, embora estas trabalhadoras tendem cada vez mais a empregar-se a tempo inteiro (Crompton e Lyonette, 2007).

Na conciliação entre o trabalho e a família, verifica-se que as famílias de classe social mais baixa apresentam menores índices de apoio por parte de redes informais ao longo da vida conjugal (Wall e Amâncio, 2007), que no caso das famílias imigrantes pode potenciar consequências negativas para o seu bem-estar e restringir as suas opções entre cuidados e emprego, como forma de fugir a situações de pobreza (ILO, 2010). Por outro lado, os níveis de stress trabalho/família são significativamente mais elevados nestas mulheres, sendo este um reflexo do número de horas que estas dedicam ao trabalho doméstico (Crompton e Lyonette, 2007), pois como tem sido constatado pelas diversas pesquisas que se debruçam sobre a divisão do trabalho, e como já referido anteriormente os resultados apontam para uma divisão assimétrica das tarefas domésticas (Perista, 1999).

Segundo Guerreiro e Carvalho (2007) o tipo de profissão, o número de horas de trabalho, a existência de crianças na família e o modo de divisão das tarefas domésticas contribuem para o aparecimento de diferentes níveis de stress, sendo estes geradores de maior ou menor conflito entre as famílias. No entanto, a investigação sugere que, num sistema onde todos os papéis (conjugal, parental e profissional) estão integrados registam-se níveis mais elevados de bem-estar (Marks e MacDermid, 1996). Desta forma, o apoio conjugal, um ambiente profissional apoiante e condições de trabalho flexíveis têm sido associados a menores níveis de conflito entre os dois domínios. Para as mulheres, menos horas de trabalho e a satisfação quanto à qualidade dos serviços de apoio aos/as filhos/as predizem uma melhor adaptação ao trabalho (Feldman et al., 2004).

Assim, a necessidade de conciliar trabalho e família enquanto requisito para o bem-estar e para a realização individual torna-se essencial, considerando alguns/as autores/as que viver uma vida equilibrada implica satisfação e bom relacionamento no trabalho e na família.

CONCLUSÃO

As recentes mudanças nas famílias e no mercado de trabalho agravam a capacidade destas lidarem com as exigências que lhes são colocadas no seu quotidiano pelo trabalho e pela família, sendo estas assumidas quase em exclusivo pelas mulheres e resultando no reforço das desigualdades de género (Sorj, Fontes e Machado, 2007). Ao contrário do que acontece noutros países europeus, em Portugal as altas taxas de actividade feminina decorrem em tempo integral. Mas será que estas altas taxas de actividade feminina correspondem a uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas? As políticas adoptadas são um facto, porém estas foram suficientes para uma mudança nos papéis de género, não havendo distinção entre a esfera privada e a esfera pública?

Como podemos verificar, tal não tem vindo a acontecer, apesar de se verificar um aumento da participação feminina na esfera pública, as investigações ressaltam que são as mulheres que se dedicam mais tempo à esfera doméstica (Alcañiz, 2008), acumulando as suas responsabilidades profissionais com as familiares, resultando num maior cansaço e stress (Guerreiro e Carvalho, 2007) e privando de tempo para se dedicar a outras actividades, sendo mais visível nas famílias de classe social mais baixa e com poucos recursos (Wall e Amâncio, 2007). Por outro lado, as políticas de conciliação adoptadas baseiam-se essencialmente num modelo de agregado familiar em que o sexo masculino é responsável pelo sustento da casa e consideram estas políticas um assunto que apenas diz respeito às mulheres reforçando a divisão tradicional e desigual do trabalho e as normas e valores sociais entre homens e mulheres (CIG, 2010). A participação no trabalho doméstico apresenta pouca diferença de tempos atrás, e este desdobramento da mulher no desempenho do seu duplo papel, dificulta a visualização da sua própria condição (Brumer, 2009). E, apesar de se verificar a adesão a normas mais igualitárias, as representações sobre homens e mulheres definem uma ordem (social) que é ditada pela “natureza” (Amâncio e Wall, 2004).

As trajectórias femininas de migração laboral em Portugal tornaram-se mais diversificadas, em que o contexto económico global facilita a emergência de mulheres para trabalhar em certas áreas de emprego, contudo estas são desvalorizadas e geralmente mal pagas, o que faz com que o problema da conciliação nem sempre se resolva facilmente (Wall et al., 2008).

Podemos concluir que a dimensão da igualdade de género é um processo de longo prazo que ainda se encontra numa fase inicial mas que exprime a importância do aumento e mais ampla divulgação

no âmbito da conciliação trabalho-família, justificando-se, por isso, a promoção de políticas e práticas mais efectivas, tendo em atenção a interacção complexa entre tempo histórico, tempo social e económico, constrangimentos étnicos e culturais e percurso de vida. Pretende-se, assim, evidenciar os problemas dos/as imigrantes, apontando para tempos sociais, familiares e de percurso de vida que possam contribuir para uma nova impressão das trajectórias femininas da migração.

Concluindo, a investigação das estratégias adoptadas pelas famílias imigrantes e a sua diferenciação em função do género, poderá revelar-se muito útil para, por um lado, melhor compreender as relações que são estabelecidas entre os dois domínios, e por outro, fornecer orientações para o desenvolvimento de intervenções junto destas famílias no sentido da melhoria da sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- Aboim, S. (2007). Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus. In K. Wall, & L. Amâncio. *Família e Género em Portugal e na Europa* (pp. 35-92). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Abranches, M. (2007). *Pertenças fechadas em espaços abertos. estratégias de (re)construção identitária de mulheres muçulmanas em Portugal*. Lisboa: ACIDI.
- Alcañiz, M. (2008). Las Políticas de conciliación entre el ámbito laboral y el familiar. Cambio o continuidad en el sistema de Género? *Ex-Aequo*, 18, 85-102.
- Amâncio, L., & Oliveira, J.M. (2002). Liberdades Condicionais: o conceito de papel sexual revisitado. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, 45-61.
- Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 168, 687-174.
- Amâncio, L., & Wall, K. (2004). *A questão social do novo milénio*. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Africano Brasileiro de Ciências Sociais.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization*. Sage Publications.
- Bourdier, P. (1998). *La Domination Masculine*. Paris, Seuil.
- Brumer, A. (2009). Género, família e globalização. *Sociologias*, 21, 14-23.
- CITE – Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003). *Manual de Formação de Formadores/as em Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens*. Lisboa, CITE.
- Comissão Europeia (2008). *Manual para a Integração da Dimensão de Igualdade de Género nas Políticas de Emprego*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2010). *Women and Men Portugal 2010*. Lisboa: Comissão para a Igualdade de Género.
- Crompton, R. (2006). *Handbook of gender and women's studies*. Sage Publications.
- Crompton, R., & Lyonette, C. (2007). *Família, Género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português*. In K. Wall, & L. Amâncio. *Família e Género em Portugal e na Europa* (pp. 93-128). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Fontaine, A.M., Andrade, C., Matias, M., Gato, J., & Mendonça, M. (2004). Reflexões acerca da conciliação entre a vida familiar e profissional: o Projecto Framework. *Ex-aequo*, 11, 97-108.
- França, A.L., & Shimansky, É. (2009). Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. *Emancipação*, 9, 1, 65-78.
- Guerreiro, M.D., & Pereira, I. (2006). *Responsabilidade social das empresas, igualdade e conciliação trabalho-família: experiências de prémio igualdade é qualidade*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Guerreiro, M.D., & Carvalho, H. (2007). *O stress na relação trabalho-família: uma análise comparativa*. In K. Wall, & L. Amâncio. *Família e Género em Portugal e na Europa* (pp. 93-128). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Hondagneu-Sotelo, P. (2000). Feminism and Migration. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 571, 107-120.
- International Labor Organisation (2010). *Work and Family: The way to care is to share!*. Genebra: ILO.
- INE. (2001). *Inquérito à ocupação do tempo 1999 – Principais resultados*. Lisboa.
- OCDE (2007). Education at a glance [Online]. Abstract from: OECD. ORG. Item 39316322.
- Oliveira, M., & Temudo, E. (2008). Mulheres Estudantes Trabalhadoras na Universidade do Porto – Uma licenciatura “fora de tempo” ou “sem tempo”? *Ex-aequo*, 18, 147-173.
- Padilla, B. (2006). *Integração dos imigrantes brasileiros recém-chegados na sociedade portuguesa: problemas e possibilidades*. In I.J. Machado (Org.). *Um mar de identidades: Imigração brasileira em Portugal*. São Carlos: Edefscar.
- Perista, H. (1999). Os usos do tempo e o valor do trabalho. Uma questão de género. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. *Colecção Estudos*, 15.
- Perista, H. (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, 37, 163, 447-474.
- Perista, H., Guerreiro, M.D., Jesus, C., & Moreno, M.L. (2008). A igualdade de género no quadro da responsabilidade social – O projecto equal diálogo social e igualdade nas empresas. *Ex-aequo*, 18, 103-120.
- Pernas, G., Fernandes, M. V., & Guerreiro, M. D. (2008). *Guia para a Implementação de Planos para a Igualdade na Administração Pública Local*. ISCTE.
- Sorj, B., Fontes, A., & Machado, D.C. (2007). Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 37, 132, 573-594.
- Torres, A. (2001). *Sociologia do casamento: a família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editora.
- Torres, A. (2002). Casamento: conversa a duas e em três andamentos. *Análise Social*, 37, 163, 569-602.
- Torres, A. (2004). *Vida conjugal e trabalho*. Celta Editora.
- Torres, A. (Coord.), Silva, F.V., Monteiro, T.L., & Cabrita, M. (2005). Homens e mulheres entre família e trabalho. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. *Estudos*, 1, 2.
- UNFPA (2006). *State of World Population 2006. A Passage to Hope: Women and International Migration*. UNFPA.
- Wall, K., & José, S.J. (2004). Managing work and care: a difficult challenge for Immigrant families. *Social Policy & Administration*, 38, 6, 591-621.
- Wall, K. (2005). *Famílias em Portugal. Percursos, interações, relações sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, K., & Guerreiro, M.D. (2005). A divisão familiar do trabalho. In K. Wall. *Famílias em Portugal. Percursos, interações, relações sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, K., Nunes, C., & Matias, A.R. (2005). *Immigrant women in Portugal: migration trajectories, main problems and policies*. Institute of Social Sciences, University of Lisbon.
- Wall, K., & Amâncio, L. (2007). *Família e género em Portugal e na Europa. Atitudes sociais dos portugueses*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, K., Nunes, C., & Matias, A.R. (2008). *Trajectórias de mulheres imigrantes em Portugal*. Comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais – Saberes e Práticas, Universidade Nova de Lisboa.
- Zimmerman, T., Haddock, S., Current, L., & Ziemba, S. (2003). Intimate partnership: foundation to the successful balance of family and work. *The American Journal of Family Therapy*, 31, 107-124.

Recebido em: 20/05/2010. Aceito em: 20/09/2010.

Autoras:

Estefânia Gonçalves Silva – Licenciada em Psicologia pelo Instituto Superior da Maia – Portugal e Mestra em Psicologia Clínica e da Saúde pelo mesmo Instituto. Neste momento frequenta o programa doutoral em Psicologia Social no Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Actualmente exerce funções no Projecto Integrado de Educação Formação, numa escola do Concelho de Guimarães (Escola EB 2,3 Arqueólogo Mário Cardoso – Ponte), através do protocolo celebrado com o PIEC – Programa para a Inclusão e Cidadania. Exerce, ainda funções, no Centro de Enfermagem e Fisioterapia das Taipas. Em 2008/2009 foi membro da Equipa de Investigação “Sonhos Traficados – As rotas da violência e da imigração feminina” coordenada pela Professora Doutora Sofia Neves. Efectua actualmente trabalhos de investigação na área dos estudos feministas e de género com o intuito final de publicação.

Maria da Conceição Nogueira – Doutorada em Psicologia Social, no domínio dos Estudos de Género e é docente da Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga, Portugal. Lecciona as disciplinas de Contextos de Intervenção Comunitária e Psicologia e Diversidade nos cursos de graduação (1º ciclo) e é coordenadora do Programa de Doutoramento em Psicologia Social-Género e Sexualidade. É co-editora com Lígia Amâncio do livro *Gender, Management and Science*, co-autora com Isabel Silva do livro *Cidadania. Construção de novas práticas em contexto educativo* e autora do livro *Um Novo Olhar Sobre as Relações sociais de género*, editado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Tem várias publicações em revistas (nacionais e internacionais) capítulos de livros e actas de Congressos sobre a temática dos Estudos de Género e Feminismo, para além de experiência de coordenação de projectos de investigação no domínio.

Ana Sofia Antunes das Neves – Doutorada em Psicologia Social pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Exerce actualmente funções de professora auxiliar e investigadora no Instituto Superior da Maia (ISMAI) onde coordena uma linha de investigação subordinada às questões da violência, da imigração feminina e do tráfico humano. Ao longo do seu percurso académico e profissional tem-se vindo a dedicar à investigação na área dos estudos feministas e de género, da psicologia social crítica e da psicologia da justiça. Tem publicado artigos em revistas da especialidade nacionais e internacionais e publicou, em 2008, um livro intitulado *Amor, Poder e Violências na Intimidade: os caminhos cruzados do pessoal e do político*, pela editora Quarteto.

Enviar correspondência para:

Estefânia Gonçalves Silva
Rua Custódio Costa Ferreira Pinto, 515, 3º Esq
4805-141, Caldas das Taipas, Portugal
E-mail: <estefaniapsi@hotmail.com>

Maria da Conceição Nogueira
Universidade do Minho – Escola de Psicologia
Campus de Gualtar
4710-057, Braga, Portugal
E-mail: <cnog@psi.uminho.pt>

Ana Sofia Antunes das Neves
ISMAI – Instituto Superior da Maia
Av. Carlos Oliveira Campos – Castelo da Maia
4475-690, Avioso S. Pedro, Portugal
E-mail: <asneves@docentes.ismai.pt>